

O MOVIMENTO LGBT: UM TEXTO A SER DISCURSIVIZADO EM MÚLTIPLAS VOZES

Mateus Vitor Tadioto¹
Stefany Rettore Garbin²

Para partir do que se constitui hoje como Movimento LGBT, iniciamos problematizando as condições de produção do que definiremos aqui como texto plural LGBT. A partir do dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso (AD), compreendemos a sigla como um texto, unidade significativa e materialidade onde sentido(s) e sujeito(s) se constroem ao mesmo tempo, através da língua na história. Texto aberto em discursos, na relação com outros textos e outras posições possíveis do sujeito. Diferentemente de uma forma fragmentada que teria em cada uma de suas ‘unidades’ evidências de sentido, de sujeitos, de significados, a sigla não tem e não representa a unicidade das mesmas.

Traremos os aspectos da constituição da sigla como memória discursiva, parte de um processo histórico, onde a significação da mesma como inscrição da língua na história resulta de uma disputa de interpretação para os acontecimentos. Tendo isso em vista, abordamos a seguir o que os estudiosos brasileiros descrevem como a evolução histórico-conceitual do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

Segundo Facchini (2002), o MHB desenvolveu-se, a partir de três “ondas”. A primeira do final dos anos 1970, quando os primeiros grupos organizados do movimento se estruturam no país. O principal objetivo era fortalecer uma ‘identidade homossexual’, a partir da atribuição de valor positivo a termos como bicha, sapatão, etc. A década de 1980 marca a segunda onda do movimento, em pleno “boom” da epidemia de AIDS, chamada de ‘peste gay’. Essa circunstância é fator-chave para um novo deslizamento na fala do movimento homossexual, que ficou desmobilizado

¹ Graduado em Turismo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc e mestrando do PPGHTUR/UCS, em Turismo e Hospitalidade. E-mail: mateus.tadioto@gmail.com.

² Graduada História pela Universidade de Caxias do Sul – UCS e mestranda do PPGLET/UFRGS, em Teorias do texto e do Discurso. E-mail: regarste@gmail.com.

em suas propostas de liberação sexual, perdendo muitas lideranças que se engajaram nas primeiras respostas a sociedade civil sobre a AIDS.

Nos anos 1990 traça-se a terceira onda do movimento homossexual, é a partir daí que se marca, na sigla, o processo de pluralização do movimento. No ano de 1993, ocorre o VII EBLHO (Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais) – vale ressaltar que, antes desse ano o nome dado aos encontros era EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais) – dando origem a um novo momento discursivo. O movimento homossexual brasileiro passa a ser tratado como Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas, emergindo assim, a presença da figura lésbica com mais ênfase. Uma das resoluções desse encontro, apresentadas no ano seguinte, era: “1 - Que a discussão de gênero (diferenças entre gays e lésbicas) seja permanente.” (FACCHINI, 2002, p. 90).

O que conhecemos hoje como Movimento LGBT ganha novos delineamentos conceituais (especificamente no que tange à sigla). Em 1995, adota-se o termo Movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), em 1999 GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) e, em 2008, a Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros a sequência é alterada para LGBT (a fim de atribuir maior visibilidade à mulher lésbica), sendo a representação da sigla resignificada para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Pretendemos aqui ir além dos estudos sobre o LGBT que pautam questões de representação social e identidades coletivas. Ao falarmos do movimento LGBT pela ótica da AD, estamos diante de uma materialidade pluralizada em sua constituição, um emaranhado de saberes e formações discursivas que se enlaçam e tencionam-se em um espaço de discussão permanente. O que constitui esse espaço de fala e representação plural marca um acontecimento dentro do movimento social como uma nova forma de representação dos discursos de resistência.

Apesar da visibilidade, o caráter plural do texto LGBT acaba ainda permeado por relações de poder, tratadas nos estudos acerca do tema sob a ótica de uma representação efetiva, social e política que em sua maioria desconsideram aspectos discursivos e ideológicos inerentes a ele. Quando a conexão entre o sujeito e o desejo é banalizada, emerge daí um ‘sujeito qualquer’ onde o vínculo com a luta se

localiza na valorização de qualquer desejo, destruidor de qualquer poder. Assim, cria-se uma oposição esquemática entre interesse e desejo colocando a ideologia no lugar de um inconsciente continuísta. Uma teoria da ideologia é indispensável para a compreensão dos interesses.

Propomos uma reflexão que escape da noção de LGBT como grupo onde os indivíduos se referenciam na construção de identidades. Assim, o estudo integra as pesquisas do projeto “*Artesanato e Turismo: saberes e trocas simbólicas*”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, na sua vinculação com o subalterno em deslocamento pela cidade e suas possibilidades de inscrição nas trocas simbólicas. Qual a representação desta fala plural? Quem fala no plural? Quais sentidos atravessam esse falar no plural? Que espaço de fala e escuta o LGBT pode produzir? Nesse texto, quem fala o quê? Por quem? De que lugar? E para quem? Qual o processo discursivo que permeia a sigla na produção de sentidos possíveis do LGBT?

Buscamos na mediação com Benveniste (1995) pensar essa posição de fala na terceira pessoa como uma ‘pessoa ausente’, onde ‘eu’ e ‘tu’ representam a unicidade, e onde este ‘ele, eles’ que sobram na fragmentação da sigla forma uma infinidade de sujeitos, ou nenhum. Não há marca de ‘eu’ que qualifique o enunciado, interpretamos esse ‘não-eu’ como ‘não-sujeito’, como uma ausência. Só a terceira pessoa admite um verdadeiro plural, mas um plural desencarnado. Plural não tem desejo. O sujeito tem desejo.

Ao mesmo tempo, que questionamos (quem é) o sujeito dessa fala (plural, de classe), problematizamos sua representação. De acordo com Spivak (2010), a representação das classes sociais se apresenta como algo artificial da qual os sujeitos não se apropriam integralmente, resultando sempre em um deslizamento de caráter metafórico posicionado entre a representação (*Vertreten*) como descrição e a representação (*Darstellen*) como transformação. Expliquemos melhor estes conceitos e sua relação intrínseca.

Segundo ela “Esses dois sentidos do termo representação – no contexto da formação do estado e da lei, por um lado, e da afirmação do sujeito por outro – estão relacionados, mas são irreduzivelmente descontínuos”. (SPIVAK, 2010, p. 32) A

representação como *Vertretung* (retórica da persuasão) se comporta como uma *Darstellung* (retórica como tropo), ocupando seu lugar no espaço entre a formação de uma classe (descritiva) e a não formação de uma classe (transformadora). Ou seja, entre representação descritiva e a representação efetiva há um deslizamento dos sentidos possíveis, há uma metáfora que separa representação política efetiva, ato de assumir o lugar do outro e representação (no sentido do imaginário) que emprega algo como signo de outra coisa.

Isso em Marx acarretará dizer que o desenvolvimento de uma consciência de classe transformadora a partir de uma posição de classe descritiva não é uma tarefa de uma simples tomada de consciência. A representação, no sentido de *Darstellung* (econômica) apresentada pela autora, é figurativa, imaginária, significação que se relaciona com o sujeito dividido de forma indireta, diferente de *Vertretung*, da representação descritiva no contexto político.

Na sua leitura de Marx, Spivak (2010) explica que a definição descritiva de uma classe pode ser diferencial, ou seja, no sentido de sua separação e diferença de todas as outras classes. Não há nenhum instinto de classe operando nessa 'formação de classe' ela existe apenas em sua relação diferencial (econômica) com o outro. A formação de uma classe é artificial e econômica, e o seu interesse e desejo são impessoais porque é sistemático e heterogêneo. O argumento de Spivak (2010) é de que no sujeito de Marx desejo e interesse não coincidem.

Assim, segundo ela, uma teoria das ideologias não pode deixar de considerar os sentidos da representação, em como a 'encenação do mundo' (*sua darstellen*) dissimula a escolha e a necessidade de heróis, procuradores paternos e agentes de poder (*sua vertreten*). Porém, o LGBT não se situa na busca de um nome próprio relacionado ao patronímico, o texto LGBT não é nem auto representação coletiva (que pressupõe consciência), nem identificação no patronímico (ou seja, com as instituições dominantes). A sigla é acontecimento, emerge como novo corte e deslocamento. Outro lugar de algo que não é novo e onde há familiar, algo que o interdiscurso oferece e aproxima das diferentes formações discursivas que o compõem.

Voltamos então à tarefa inicial apresentada pela autora “Teorizar sobre um sujeito que não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada, pois esse sujeito é irreduzivelmente heterogêneo.” (SPIVAK, 2010 p.11) E faremos isso a partir de Michel Pêcheux (1990), pelo contato entre o visível e o invisível, o real que vem afrontar-se com o imaginário e o imaginável:

A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um “desejo”, etc., [...] a coincidência enunciativa do pronome eu com o irrealizado nós e a alteridade do ele (ela) e do eles (elas)... Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível. (PECHÊUX, 1990, p. 8)

Nessa perspectiva, o autor nos fala do trabalho de “unificar mundos” feito pela ideologia dominante, onde o realizado, o irrealizado e o impossível se fundem. Segundo Pêcheux (1990), o Sistema estrutura-se em um “mundo” e, toda vez que novos movimentos de resistência surgem, emerge também um segundo “mundo”. A lógica de movimento da ideologia dominante é expandir assim suas linhas elásticas, a fim de abarcar esse novo mundo, criando um terceiro lugar, onde os significantes dos dois mundos coexistem e são passíveis de entendimento. Esse terceiro mundo, só é possível a partir de alguma ferramenta de unificação, como a religião, ou a língua nacional.

[...] o aforismo nitscheano, segundo o qual os homens não poderão se desembaraçar da religião enquanto continuarem aderindo à gramática, designa talvez o impossível de uma sociedade integralmente liberta de toda a religião, seja ela a de um deus, a de um povo ou uma nação, a do povo, da Classe Trabalhadora ou da humanidade, a da Ciência e do método ou a de sua própria Subjetividade. (PÊCHEUX, 1990, p.9).

A crítica lançada por Pêcheux (1990), sobre os movimentos revolucionários, cujos “discursos de revolução tendem inevitavelmente a tornar simétrico algo presente nos discursos da ordem estabelecida, prefigurando a ordem estatal revolucionária [...]” (1990, p.18), é de que tais movimentos estão presos na tentativa de “separar os mundos” a partir da explicitação de posições duais – como, por

exemplo: *Eles - burguesia; Nós - proletariado*. Para o autor, o esforço dos movimentos revolucionários em antecipar o “seu lugar” tem como principal motivo salvaguardar a ordem revolucionária de efeitos discursivos que trabalham marginais, sem um porta-voz ou um enunciador legítimo.

Ocorre que, diferentemente daquilo que acontece com os movimentos revolucionários retratados por Pêcheux (1990), a sigla LGBT apresenta-se de outro modo, vejamos: há um mundo estabelecido, regido pela ideologia dominante, esse mundo é marcado pela heteronormatividade e, tudo aquilo que se enquadraria em questões distintas a isso, pertenceria a um segundo mundo. A partir da concepção desses dois mundos, a lógica do movimento da ideologia seria a de criação de um trás-mundo, um outro lugar com função unificadora. Pelo contrário, o próprio movimento LGBT estrutura-se aqui como um “terceiro mundo”, a sigla é a manifestação de um outro lugar até então invisível. Nessa organização, um ‘eu’ é enlaçado mutuamente por ‘outros’ (*eles/elas*) e agrupado em um ‘nós’. Esse ‘nós’, entretanto, apresenta-se como uma imagem irrealizada, um “outro lugar” de fronteiras pouco delimitadas.

Acreditamos que a fala LGBT encontra seu efeito metafórico de representação na medida em que assume sua pluralidade e abala a fronteira que separa o sério (com sentido específico) e o sem-sentido e assume a inexistência de um lugar de fala definido. A sigla é, portanto, a imagem de um movimento de resistência, que fala quando se exige silêncio, que desvia as palavras e altera seus significados, “e assim começa a se despedir do sentido que reproduz o discurso de dominação, de modo que o irrealizado advenha, formando sentido do interior do sem-sentido” (PÊCHEUX, 1990, p.17).

A representação é sempre um deslizamento de caráter metafórico entre descrição (reprodução) e transformação, o LGBT não é uma unidade fechada, está aberto em sentidos sem fechar a descrição (em sujeitos definidos ‘eu, ‘tu’) e mantém abertas as fronteiras para outras posições representáveis em seu discurso. Assim o deslize de sentidos possíveis, algo como signo de outra coisa (*darstellen*) encontra na contradição interna da sigla LGBT as bases de uma representação que por ser menos descritiva (da ordem da reprodução) é mais efetiva (na transformação). A

relação diferencial é interna à sigla, portanto é irrelevante o encontro de um nome próprio, pois o funcionamento pela contradição gera um novo corte no discurso de resistência contra a heteronormatividade.

Assim, ainda que promova seus movimentos de unificação, a ideologia dominante não consegue abarcar esse ‘terceiro mundo’ que é a figura do LGBT, pois ele é fluído não conhece fronteiras externas específicas e, portanto, transita entre o Sistema e o ideal utópico do movimento social. A imagem produzida pelo LGBT é então a materialização da força revolucionária de unificação dos mundos.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 1995. 1v.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Antropologia Social, Departamento de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SPIVAK, Gyatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p 7-24, jul/dez 1990. Acesso em: 14 set. 2015, Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3011>>